

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2017, a revista *Debates do NER* completa 20 anos de existência. A sua trajetória de sucesso pode ser observada *on-line* e gratuitamente, desde o seu primeiro número, na plataforma do SEER da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É parte da proposta da revista publicar artigos, resenhas e, sobretudo, estimular o *debate* acerca dos fenômenos religiosos. Nesse sentido, a *Debates do NER* publica sempre um artigo que abre o número, ampliando e adensando a discussão. Imbuído dessa disposição, Carlos Alberto Steil foi editor da revista até a sua maturidade e a conduziu à posição em que ela se encontra hoje: um periódico conhecido e reconhecido pela sua excelência e pela sua contribuição. Nestes dois números de 2017, Carlos Alberto Steil deslocou-se da posição de editor para a de membro da Comissão Editorial e, gentilmente, convidou-me para assumir a edição. Neste primeiro número que organizo, agradeço a honra do convite e a confiança no meu trabalho para, junto com Rodrigo Toniol, continuar um percurso de tamanho sucesso.

O número 32 da revista apresenta como artigo de debate o texto “Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras”, de Erico Tavares de Carvalho Junior e Ari Pedro Oro. Essa é mais uma motivação para a celebração destes 20 anos, visto que a *Debates do NER* foi inaugurada em 1997 com um artigo-debate de Ari Pedro Oro, com o título “Neopentecostais e Afro-brasileiros: quem vencerá essa guerra?”. O texto que publicamos agora oferece, portanto, um novo olhar para um dos temas centrais para os estudiosos da religião no Brasil, desdobrando no tempo os impactos da “guerra santa” que se discutia naquele primeiro número. De 1997 até 2017, tal embate se fez crescer tanto na experiência concreta dos sujeitos religiosos quanto na mídia tradicional e nas novas mídias, a ponto de envolver toda a sociedade brasileira, e não mais apenas aqueles diretamente submetidos

ao conflito. Temos, hoje, debates locais, regionais e nacionais acerca das posições adquiridas e das almejadas por diversos setores religiosos cristãos (católicos e evangélicos); discussões acerca das transformações na compreensão da laicidade e dos limites (ou a falta deles) entre religião e política; novas ações e percepções acerca da intolerância e das dificuldades colocadas pelo crescente pluralismo religioso brasileiro.

A contribuição de Carvalho e Oro revisita outros textos e trabalhos realizados e publicados anteriormente acerca da presença de representantes políticos nas eleições. Entretanto, parte significativa da originalidade da contribuição é o fato de que tal feito é realizado não mais tendo como foco as casas representativas federais, mas um olhar cuidadoso e amplo acerca das candidaturas municipais para vereadores nas capitais brasileiras. Supre-se, assim, uma lacuna imensa – tanto pela importância desse fenômeno quanto pela sua extensão –, que envolveu uma pesquisa com aproximadamente 17 mil candidaturas. Dada a importância da iniciativa e a generosidade de Carvalho e Oro em prover o pesquisador com tabelas e dados até então inexistentes, os autores nos permitem ampliar nossas análises para cenários em que a relação entre políticos e população é de outra ordem, senão de outra natureza.

Os debates e comentários permitirão ao(a) leitor(a) desenvolver suas próprias críticas e ideias para análise. Os textos de Cecilia Mariz (que também debateu o artigo de Oro em 1997), Paul Freston, Marcelo Tadvald e Brenda Carranza certamente estimularão no(a) leitor(a) uma série de questionamentos, dentre os quais elenco os seguintes: que correlações existem entre as transformações populacionais em cada capital no que concerne ao pertencimento religioso e as candidaturas e eleições de representantes? Que reflexões vêm à luz ao evitar casos midiáticos próprios a uma espetacularização de certas candidaturas? Que relações entre religião e política ficam na penumbra, ignoradas por pesquisadores, mesmo os mais experientes? A proporção de candidaturas de mulheres evangélicas pode nos dizer algo sobre a dinâmica de gênero e de liderança das igrejas? E o que nos dizem os dados sobre as candidaturas de membros de religiões de matriz africana? O

leitor verá que, estimulada pelo artigo de Carvalho e Oro, Brenda Carranza produz um novo artigo no qual procede a uma retomada de uma série de reflexões para compreender se há e qual seria um *modus operandi* evangélico na política brasileira, bem como os impactos no modo como agentes católicos se manifestam politicamente.

Em “Antropologia e Filosofia Política: uma relação estranha? Ou como analisar controvérsias entre cidadãos seculares e religiosos em uma democracia liberal”, os três autores, Cleonardo Gil de Barros Mauricio Junior, Roberta Bivar Carneiro Campos e Eduardo Henrique Araújo de Gusmão, inspiram-se no artigo de Joel Robbins acerca da relação entre Antropologia e Teologia para debater a “relação estranha” entre a Antropologia e a Filosofia Política no que diz respeito às possibilidades de análise de eventos que fazem colidir identidades religiosas e seculares nas democracias liberais modernas. Posto o conhecimento acumulado pela Filosofia Política a esse respeito, os autores nos conduzem a outra compreensão da especificidade da contribuição antropológica. Assim, primeiro apresentando a abordagem de Jürgen Habermas, Charles Taylor e Talal Asad e, depois, contrastando o último com os dois primeiros, os autores nos levam a questionar a rentabilidade de posições teóricas normativas na compreensão de embates políticos contemporâneos. Estaremos, em nossas pesquisas e análises, operando dentro da chave normativa que os autores percebem existir na Filosofia Política? E “até onde uma *episteme* normativa pode contribuir para um modo de construir conhecimento que trabalha diretamente com contextos empíricos específicos”?

Lucas Gonçalves Brito, em “Experiência e conhecimento vivido no terreiro: aspectos da umbanda de Pai Joaquim”, nos apresenta parte de sua pesquisa realizada em Goiânia, na qual há uma compreensão e formulação da umbanda como uma forma de conhecimento que dissolve a dualidade religião-ciência. Ao focar o conceito de experiência e as expressões passíveis de serem apreendidas pelo pesquisador, como as narrativas, Brito nos conduz de maneira fascinante pelas trajetórias de três médiuns, elucidando a paciência do aprendiz dessa experiência como não apenas uma *episteme*, mas como uma epistemologia.

Amurabi Oliveira e Felipe Boin, por sua vez, nos trazem em “O significado do Daime como fonte de conhecimento” uma reflexão na mesma direção: apoiando-se nas recentes críticas ao exclusivismo epistemológico das ciências ocidentais, os autores exploram como a ayahuasca utilizada no Santo Daime permite a ampliação de outros saberes. “Mas que conhecimento seria esse? O que querem dizer com conhecimento e, ainda, como esse conhecimento é transmitido?” Tais questões, elaboradas ao longo do artigo, nos fazem perceber a potência e a importância do descentramento dos processos de aprendizagem e de transmissão de conhecimentos a partir de uma planta professora.

Já o artigo de Lorena Santos Ricardo, Antônio Carlos Ortega e Heloisa Moulin de Alencar, intitulado “As faces de Deus: um estudo exploratório com crianças e adolescentes”, nos faz questionar, a partir da Psicologia, como as crianças (de 6 e 10 anos) e os adolescentes (de 14 anos) formulam representações de Deus. Como se constrói, progressivamente, esse conceito? Que diferenças e semelhanças podemos encontrar entre essas faixas etárias? Quais são as relações com o contexto social e familiar?

Em “As muitas faces de Nossa Senhora dos Remédios”, Lidice Meyer Pinto Ribeiro analisa a iconografia e a difusão da devoção, bem como suas transformações em diferentes locais da Europa (como Portugal, Itália, França e Espanha) e no Brasil ao longo dos séculos (do século XII ao momento contemporâneo). O artigo constitui, portanto, uma importante contribuição para os estudos sobre as devoções e representações de Maria e para os estudos sobre santidade de uma forma geral. Além disso, a centralidade da libertação de cativos (e a redenção) é objeto de discussão da autora, e sua conclusão é instigante para pensarmos nas modificações derivadas das transformações contextuais e históricas das devoções, com a passagem para a possibilidade de remediar.

Além desses ótimos artigos e dos debates por eles proporcionados, este número conta com uma tradução da entrevista concedida por Jeanne Favret-Saada a Cyril Isnart em 2007 e publicada em 2008 no *Journal des Anthropologues*. A antropóloga responde a perguntas sobre seu método e sobre

sua percepção do que é a Antropologia, desde os anos 1960, quando começa seu trabalho de campo na Algéria, com o incentivo de Ernest Gellner, até a publicação de *Désorceler* (2009), que estava no prelo no momento da entrevista.

Fechamos este número com duas resenhas. A primeira, de Karina Bárcenas Barajas, discute um livro de Hugo José Suárez – *Creyentes urbanos: sociología de la experiencia religiosa en una colonia popular de la Ciudad de México*. A segunda, de Adriano Santos Godoy, discute a coletânea *Religious architecture: anthropological perspectives*, organizada por Oskar Verkaaik.

Boa leitura!

Eduardo Dullo